



O avanço da restauração florestal a partir da produção de mudas: uma análise da cobertura vegetal e uso do solo no Assentamento João Batista II, Castanhal, Pará

The advance of forest restoration based on the production of seedlings: an analysis of vegetation cover and land use in the João Batista II Settlement, Castanhal, Pará

ARAÚJO, Bárbara Maísa Nunes¹; SOUSA, Romier da Paixão²

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará,
barbaramaisan@gmail.com; ² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará, romier.Sousa.ifpa@gmail.com.

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: Os impactos ambientais no meio rural têm sido amenizados através da adoção de práticas agroecológicas pelos agricultores familiares camponeses. O processo de reconstrução do latifúndio demonstra como esses sujeitos têm atuado para a permanência no território. Este trabalho objetiva discutir o avanço da restauração florestal a partir da produção de mudas no viveiro comunitário construído pela política Pública do Programa de Desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais de Base Agroecológica (PROSAF) no Assentamento João Batista II, Castanhal, Pará. Adotou-se o estudo de campo a partir de metodologias participativas para coleta de dados; e para construção do mapa, utilizou-se de guias públicos que possibilitaram definir a distribuição do uso do solo da área do assentamento, dividida em: Floresta; Formação Natural não Florestal e Agropecuária. Com os dados, evidenciou-se a importância da Política Pública para o desenvolvimento rural de comunidades rurais.

Palavras-chave: sistema agroflorestal; política pública; PROSAF; transição agroecológica.

Introdução

A paisagem é a expressão da imaterialidade, nela são demonstradas as marcas daquilo que socialmente foi modificado ou construído, pelas práticas inconscientes de manejo do solo; ou pelas comunidades de agricultores familiares camponeses, visualizadas nas ações, na história, no território e no saber popular (MEDEIROS; LINDNER, 2021). Os impactos na paisagem têm sido amenizados e transformados através da adoção de práticas agroecológicas pelos agricultores familiares camponeses, possibilitando sua permanência nos territórios.

A construção de práticas agroecológicas de manejo de agroecossistemas pelos camponeses e camponesas está relacionada às suas lutas e resistências em um ambiente hostil. Segundo Ploeg (2016), o processo de produção e manutenção do campesinato no mundo, é uma ação de resistência. Famílias de agricultores e agricultoras, assentados da Reforma Agrária têm construído diversas iniciativas de



recomposição florestal, através das práticas sustentáveis de manejo do solo e da própria natureza (COMANDULLI, 2021).

Essas iniciativas consistem na adoção de práticas que possibilitem a própria organização social e a reconstrução do território na perspectiva de uma produção mais diversificada e manutenção da segurança alimentar. Nessa vertente, o viveiro de produção de mudas inclui-se como forma de produção de alimentos, composição de espaços abertos, recomposição florestal, através da constituição de Sistemas Agroflorestais.

O processo de reconstrução de uma extensa área anteriormente voltada para o latifúndio, em um campo que está em transição agroecológica, demonstra como os agricultores familiares camponeses têm atuado para reconstrução de seus territórios. Nesse sentido, o trabalho se propõe discutir o avanço da restauração florestal a partir da produção de mudas no viveiro comunitário construído pelo Programa de Desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais de Base Agroecológica (PROSAF) no Assentamento João Batista II, Castanhal, Pará.

Metodologia

A área de pesquisa está localizada na cidade de Castanhal. À margem direita do rio Inhagapí, na BR-316, sentido Castanhal/ Santa Maria do Pará, encontra-se o Assentamento João Batista II, o primeiro projeto efetivo promovido na mesorregião do Nordeste Paraense de ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -MST (JUNIOR; NAHUM, 2012). O Assentamento João Batista II, com coordenada do imóvel rural em Latitude 01°22'40,67" S e Longitude 47°49'51,42"O, têm sua origem associada à ocupação de uma área pertencida ao latifúndio.

Nesta pesquisa, adotou-se o estudo de campo, uma vez que se desenvolve, basicamente, por meio da observação direta das atividades do grupo estudado, sendo também utilizados métodos para levantamento e coleta de dados. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, social e também histórica.

Atrelado a isto, a metodologia proposta por Verdejo (2006), para Diagnóstico Rural Participativo, fundamenta-se a partir dos questionários semiestruturados, conversa informal, registros fotográficos e a caminhada transversal, demarcando pontos relevantes para discussão, entre eles, analisar as áreas em processo de reflorestamento, a partir da produção das mudas produzidas nos viveiros.

A construção dos mapas levou em consideração a localidade, o território – como um espaço de transformações sociais; o tempo – como um fator de mudanças. Somado a isto, utilizou-se de guias públicos e gratuitos para coleta de dados, como o site do INCRA, IBGE e MapBiomass. O mapa de uso do solo da área do assentamento, de acordo com a plataforma do MapBiomass, foi dividido e classificado em três classes de avaliação: Floresta; Formação Natural não Florestal e Agropecuária.

Resultados e Discussão

A distribuição do uso do solo da área do assentamento, de acordo com a plataforma do MapBiomass, é dividida em três classes de avaliação: Floresta; Formação Natural não Florestal e Agropecuária.



De acordo com Sampaio, et. al. (2016), é denominada como área de Floresta, a que possui vegetação arbórea pouco alterada ou inalterada, com formação de dossel contínua, composta por espécies nativas e árvores de grande porte. Diferente da floresta, a área de formação natural não florestal pode ser caracterizada como capoeiras, ou aquelas em processo de regeneração, ainda na fase inicial. É caracterizada por formação não florestal, as com presença de vegetação Arbórea-Arbustiva, plantas Gramíneo-Lenhosa, Lavrados e/ou Capinarana (INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS, 2008). Quanto à classe definida como agropecuária, constituem áreas de pastagem. (Pasto Limpo + Pasto Sujo + Pasto com Solo Exposto).

Diante deste contexto, os processos ocorridos no território referente ao Assentamento João Batista II, demonstram uma trajetória diversificada, de exploração dos recursos naturais a reconstrução dessas áreas. Neste sentido, a quantificação das áreas referentes às classes disponibilizadas de cobertura vegetal e uso do solo para os anos de 1985, 1996, 2007, 2017 e 2021, podem ser visualizadas no Quadro 1 e na Figura 1.

Quadro 1. Quantificação (hectare e porcentagem) das áreas das classes temáticas de cobertura vegetal e uso da terra do Assentamento João Batista II, em Castanhal (PA), para os anos de 1985, 1996, 2007, 2017 e 2021.

Classes	1985		1996		2007		2017		2021	
	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%
Floresta	1.392	65,82	529	25,02	424	20,06	466	22,04	638	30,13
Formação Natural não Florestal	4	0,18	2	0,09	1	0,04	2	0,09	3	0,14
Agropecuária	719	34	1.584	74,89	1.690	79,90	1.647	77,87	1.475	69,73
Total geral	2.115	100%	2115	100%	2.115	100%	2.115	100%	2.115	100%

Fonte: MapBiomass, 2022.
Elaboração da Autora.

Os resultados analisados no Quadro 1, de uso do solo entre os anos de 1985 e 2021, permitem compreender sobre a organização espacial da vegetação a partir de 3 classes de avaliação, denominadas como Floresta (F), Formação Natural Não Florestal (FNNF) e Agropecuária (AGP). O intervalo de anos e a escolha dos períodos foram pensados a partir da organização cronológica espaço-temporal, da história da área onde está localizado o Assentamento João Batista II: o período que antecede a atividade agropecuária da fazenda Taniri (1985), o latifúndio e o processo de desapropriação da fazenda (1996/2000), a ocupação do território e o estabelecimento das famílias nos lotes (2007), a implementação do viveiro comunitário (2017/2018) e a distribuição atual (2021), mais atualizada, de acordo com os dados mais recentes do MapBiomass.

Em 1985, de acordo com os dados apresentados, têm-se 2.115 hectares de terra, distribuídos em 65,82% F, 0,18% FNNF e 34% referente a atividade agropecuária.



Esses dados, quando comparados ao ano de 1996, período em que o território pertencia ao proprietário Domingos Rangel, demonstra um declínio em duas classes, tendo uma grande queda de 40,8% na classe F e 0,09% FNNF, em contrapartida, exibindo o crescimento de 40,89% da AGP. De outro modo, é possível perceber que no intervalo entre 1985 e 1996, houve o desmatamento de 863 ha de área de floresta para implantação de 865 ha de pastagem. O desmatamento dessa área pode ser explicado pelos processos agravantes de desenvolvimento, que estão ligados principalmente, a dinâmica de construção de rodovias e a migração de pessoas advindas de diversas localidades em busca de melhores condições de vida. Nesse período, a atividade de exploração da madeira e a agropecuária foram motivadoras para as intensas transformações que ocorreram nas paisagens naturais. Coincidindo também com a expansão da mecanização e o uso dos pacotes tecnológicos incentivados pela revolução verde.

Acresce que, a ocupação da fazenda, ocorrida em 1998, trouxe um novo cenário de dinâmicas de uso do solo, que no processo de intervenção do cenário e organização das famílias assentadas nos lotes, gerou a abertura de áreas para a nova organização socioespacial. Porém, essas transformações ocasionaram no desmatamento de possíveis novas áreas.

Esse crescimento em áreas desmatadas pode ser influenciado e explicado pela violência do campo. Rocha (2017), em sua pesquisa, compartilha que apesar da terra ser um espaço para produção, a violência oriunda dos latifundiários gerou insegurança para o avanço dessa produção. Do mesmo modo que algumas famílias se estabeleciam no campo, outras não conseguiam permanecer nele. No processo de ocupação, entre as 800 famílias, apenas 157 obtiveram o cadastro oficial de apropriação da terra.

Concomitantemente, após o processo efetivo de desapropriação da fazenda e a ocupação do latifúndio, é possível analisar o processo de reflorestamento, evidenciado principalmente a partir de 2007 com o crescimento de áreas florestadas e a diminuição de áreas voltadas a atividade agropecuária. Ainda na tabela, é possível notar a variação de 424 ha para 466 ha de áreas reflorestadas.

O Sistema Agroecológico de Produção Orgânica a partir da construção social do MST sobre os desafios de composição e restruturação dos ambientes modificados pela ação humana, foi uma grande influência para a reorganização do território em uma perspectiva agroecológica e sustentável. O conjunto de experiências construídas no JBII, anteriormente denominado como Coletivo de Resistência Camponesa, nos assentamentos e acampamentos rurais, foi uma alternativa de construção camponesa agroecológica. Acredita-se que, atrelado ao conjunto de experiências, o incentivo através da Lei Nº12.854, de 26 de agosto de 2013, foi uma grande influência no aumento de áreas florestadas através do PROSAF's:

De fomento as ações que promovam a recuperação vegetal e a implantação de sistemas agroflorestais em áreas rurais desapropriadas e em áreas degradadas em posse de agricultores familiares assentados, de quilombolas e de indígenas (Brasília, 2013, p.01).

Nesse sentido, é de grande importância para este trabalho, os dados comparativos dos anos de 2017 e 2021, o Quadro 1 e a Figura 1, mostram a influência da atividade de produção de mudas no processo de reestabelecimento e reconstrução das áreas de floresta, assim como nas áreas de capoeira. Em contrapartida, nota-se a redução da área destinada a atividade agropecuária, corroborando para hipótese de que o viveiro e a atividade de viveiricultura, associados as formas de agricultura agroecológica, contribuíram fortemente para o reestabelecimento dessas áreas.

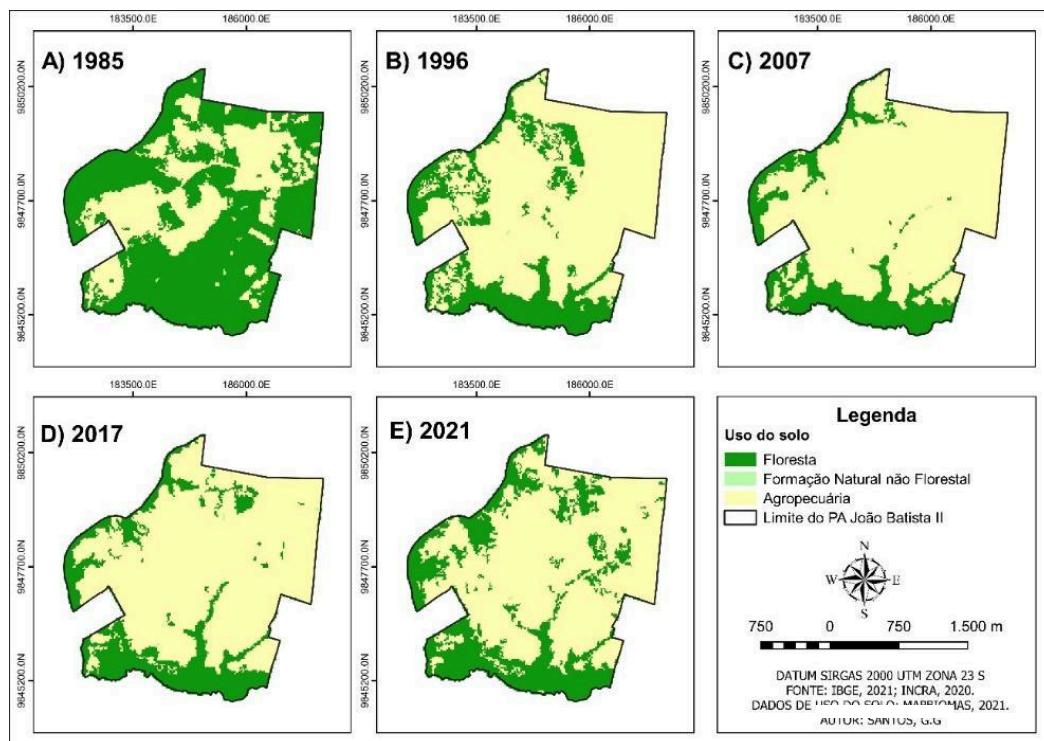


Figura 1. Uso do solo no Assentamento João batista II.
Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A figura 1, representada por cores, evidencia de forma ilustrativa, as transformações e modificações do território, sofridas ao longo de 36 anos de história. Essa representação, viabiliza o entendimento das relações entre o ser humano e o meio, assim como, as relações de solidariedade e como elas contribuem para o desenvolvimento rural e social de uma comunidade.

É valido ressaltar que, o processo de reconstrução e recomposição das áreas desmatadas do latifúndio, tiveram ritmo acelerado a partir da implementação do viveiro comunitário no assentamento. Este ato possibilitou a organização dos agricultores camponeses para pensar em novas dinâmicas para uso do solo e garantir a manutenção de suas famílias no território.

Conclusões

É evidente, portanto, a contribuição da Política Pública do PROSAF como incentivo ao processo de restauração vegetal através da implementação de sistemas



agroflorestais. Para além da produção de mudas, este processo de estabelecimento das áreas através desta política, representa expressões sociais, a luta pela terra, o desenvolvimento rural dos territórios, o fortalecimento da agricultura familiar, a transição agroecológica e a garantia de permanência no campo. Porém é necessário evidenciar as dificuldades relatadas em função da falta de assessoria técnica pós-implantação do viveiro, fato que pode ter reduzido o processo de restauração florestal.

Referências bibliográficas

- BRASIL, STJ- Superior Tribunal de Justiça. Lei n. 12.854, de 26.08.203 – Fomenta e incentiva ações que promovam a recuperação florestal e a implantação de sistemas agroflorestais em áreas rurais desapropriadas e em áreas degradadas, nos casos que especifica. Conteúdo jurídico, Brasília – DF: 26 ago 2013.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. Monitoramento da cobertura florestal da Amazônia por satélites. Sistema PRODES, DETER, DEGRAD E Queimadas 2007-2008.
- MAPBIOMAS. **Mapeamento Anual da cobertura e Uso do Solo do Brasil: visão geral da metodologia.** São Paulo: observatório do Clima/SEEG, 2021.
- MEDEIROS, R.M.V.; LINDNER, M.; Os impactos gerados pela instalação de assentamentos rurais na Campanha Gaúcha, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista NERA.** v.24, n.60, pp. 202-225, 2021.
- NAHUM, J. S. Região, discurso e representação: a Amazônia nos planos de desenvolvimento. **Boletim de Geografia**, v. 29, n. 2, abr. 2012.
- ROCHA, A. V. S; CARMO, I. D. J. S; MELO, A. T. M. A Viveiricultura como Precursora do Desenvolvimento Socioeconômico no Assentamento Benedito Alves Bandeira, Acará – PA. In: Agroecol 2016, Dourados, V. 11. CADERNOS DE AGROECOLOGIA, 2016.
- SAMPAIO, S. M. N.; VENTUERI, A.; CAMPOS, A. G. S; ELLERES, F. A. P; Dinâmica da cobertura vegetal e do uso da terra na mesorregião Nordeste Paraense. Capítulo IV, Embrapa Amazônia Oriental, 2017.
- VERDEJO, M. E. Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP. Revisão e adequação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos. - Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2006, 62 p.